



Ministério acompanha estudos de nova droga contra o câncer



Gerardo Magela/Agência Senado

Força-tarefa também deve formular estratégias para a produção da fosfoetanolamina se os casos clínicos analisados revelarem a segurança do medicamento

Audiência no Senado debateu o uso da fosfoetanolamina contra diversos tipos de câncer. Sintetizada no Brasil, a substância tem sido usada experimentalmente por pacientes e considerada

eficaz por pesquisadores. No entanto, ela é hoje produzida em pequena quantidade no laboratório da USP de São Carlos. Há várias ações judiciais reivindicando fornecimento da droga. **5**

Biomédico do Instituto Butantã, Durvanei Augusto Maria participa de audiência sobre substância que pode ser eficaz nos tratamentos contra o câncer

especial Cidadania

Cadeirinha no transporte escolar divide opiniões

Contestada pelos motoristas de vans e ônibus escolares e comemorada por entidades de defesa do consumidor, a medida que

obriga o uso de cadeirinhas no transporte de crianças poderá ter a data de entrada em vigor adiada pelo Contran. **7**

Rafael Brito



Uso da cadeira de segurança diminui número de mortes de crianças no trânsito

Senado transparente



Pedro França/Agência Senado — 4/9/2014

No ano passado, 149.923 pessoas participaram das visitas guiadas

Visitação do Congresso ganha selo de qualidade

Portal TripAdvisor classificou o programa de visitação do Congresso com o selo “muito bem”.

Dos 2.642 comentários sobre o serviço, 2.338 o consideraram excelente ou muito bom. **2**

Ex-conselheiro do Carf, Gruginski se cala em CPI **4**

Meta ambiental é alcançável, diz ministro **3**

Vai à Câmara incentivo para biocombustível **5**

Senado premia 4 jornalistas em sessão especial **4**

ACONTECEU NO SENADO

Pena de até 30 anos para terrorismo



Jonas Pereira/Agência Senado — 28/10/2015

Senadores debatem em Plenário durante votação do projeto sobre terrorismo

A aprovação de projeto que tipifica o crime de terrorismo, prevendo pena de até 30 anos de prisão, foi um dos destaques da semana passada. Os senadores aprovaram também dispensa de visto para estrangeiros nas Olimpíadas do Rio e projetos que modernizam a defesa do consumidor. **8**

Brasil pode perder mercado externo, alertam debatedores

O Brasil está se isolando no comércio mundial por falta de estratégia, avaliaram especialistas em

audiência na Comissão de Relações Exteriores que debateu os efeitos do Acordo Transpacífico. **8**



Reprodução

Nesta edição, encarte da Procuradoria da Mulher

Visitação do Congresso é premiada pelo TripAdvisor

Senado e Câmara receberam o selo “muito bem” do site de viagens. As visitas foram consideradas muito boas ou excelentes por 88% dos posts. Até dia 27, 117 mil pessoas passaram pelas duas Casas neste ano



O PROGRAMA DE visitação do Congresso Nacional foi condecorado pela segunda vez no ano pelo TripAdvisor, um dos maiores portais de viagens do mundo. Desta vez, recebeu o selo “muito bem”, em reconhecimento ao número de manifestações positivas registradas no site.

Dos 2.642 comentários, 2.338 consideraram o serviço excelente ou muito bom. Em maio, o serviço já havia sido condecorado pelo TripAdvisor com o certificado de excelência. A visitação é uma parceria entre o Senado e a Câmara dos Deputados.

Em março, o programa também recebeu três estrelas — a melhor classificação — do *Guia Michelin*. A premiação foi na categoria “Atrações turísticas — lugares para ver e o que fazer”. A publicação internacional é especializada em turismo e faz as visitas de forma anônima.

As visitas ao Congresso são gratuitas, abertas ao público e podem ser feitas todos os dias, inclusive sábados, domingos e feriados, das 8h30 às 17h30. De terça a quinta, são atendidos apenas grupos agendados. Durante o percurso, os visitantes são conduzidos por monitores do Senado e da Câmara, que explicam o funcionamento das duas Casas do Legislativo. A equipe é composta por 55 pessoas. São oferecidas visitas em espanhol, inglês e francês. O agendamento pode ser feito no site www.congressonacional.leg.br/visite.

O coordenador de Visitação

Institucional e de Relacionamento com a Comunidade do Senado, Aguirre Estorilo, destaca que o reconhecimento é motivo de satisfação para a equipe. Segundo ele, o objetivo é garantir que os visitantes entendam melhor o funcionamento do Congresso.

— Esse reconhecimento é sinal de que estamos no caminho certo — disse.

No ano passado, 149.923 pessoas participaram das visitas guiadas às dependências do Congresso. Este ano, até 27 de outubro, foram contabilizados 117.276 visitantes. Por dia, o serviço atende, em média, 400 pessoas.

Interatividade

— Para o futuro, a expectativa é de que a gente atue em duas frentes: a primeira é customizar o programa para os interesses do grupo, ou seja, se a pessoa tem preferência por arquitetura, a visita será mais voltada para esse tema. A outra é aumentar a interatividade com o público, por meio de recursos tecnológicos, para melhorar a comunicação e fazer com que a visita seja mais lúdica — afirmou Aguirre.

A estudante Gabriella Moreira, que cursa o 3º ano do ensino médio, veio de Goiânia,

em uma excursão organizada pela escola, para conhecer o Congresso. Impressionada com a arquitetura de Niemeyer, aprovou a experiência:

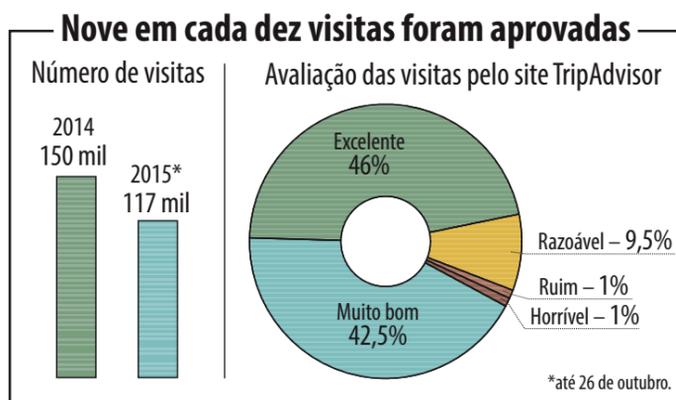
— A parte mais legal foi conhecer a estrutura do Congresso. Além disso, é a primeira vez que venho a Brasília. Está sendo inesquecível.

A estagiária Bruna Fernandez, monitora da visita guiada pelo Senado, frisa que o aprendizado é recíproco: ao mesmo tempo em que ensina, ela também aprende. Cursando turismo na Universidade de Brasília (UnB), trabalha há quatro meses na visitação.

— A gente sempre está aprendendo coisas novas. Até com as dúvidas dos visitantes — destacou a monitora.

O Senado e a Câmara integram o grupo Visitação Institucional de Brasília (ViiBra), que visa melhorar o atendimento ao turista e promover a visitação a órgãos públicos com sede na capital do país.

Hoje 16 instituições compõem o ViiBra, entre elas, o Superior Tribunal Militar, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, a Imprensa Nacional e a Secretaria de Turismo do Distrito Federal.



José Medeiros defende valorização do funcionalismo público

José Medeiros (PPS-MT) homenageou os servidores públicos, defendendo a valorização e melhores salários.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Para o senador, quem reclama ou critica a categoria não sabe que os servidores procuram fazer o máximo com o mínimo de que dispõem.

— Os maus agentes públicos são as exceções, os bons servidores são a regra. Tomo como exemplo o lugar em que trabalhei por 20 anos, a Polícia Rodoviária Federal.

Raupp parabeniza os servidores e destaca a luta por melhorias

Valdir Raupp (PMDB-RO) parabenizou todos os servidores públicos do Brasil pelo Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro. Ele disse que são esses trabalhadores que fazem a máquina pública funcionar em todo o país, “com ética e dedicação”.



Ana Volpe/Agência Senado

Raupp destacou que sempre acompanha com atenção as lutas e reivindicações de servidores em busca de melhores salários e condições de trabalho.

Cristovam Buarque protesta contra repressão a professores

Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestou indignação com ação da Polícia Militar do Distrito Federal, que espancou professores que participavam de um protesto, interrompendo o trânsito. Para o senador, foi um absurdo ver professores serem retirados de seus carros, espancados e levados à delegacia. Ele disse esperar que o governador Rodrigo Rollemberg se desculpe pelo fato.

— Há maneiras mais civilizadas de liberar o trânsito de manifestações. Quero manifestar a minha indignação. Bater em professor é bater no futuro do país.

Senado cria comissão para atualizar legislação esportiva

A comissão de juristas criada pelo Senado para elaborar um anteprojeto de modernização da Lei Geral do Desporto iniciou os trabalhos na quinta-feira.

O objetivo do grupo, idealizado pelo presidente Renan Calheiros, é estabelecer uma legislação na área do esporte

que possibilite um modelo sustentável para clubes, atletas e federações. Os juristas têm 180 dias para elaborar o texto, que será entregue a uma comissão de senadores designada pela Presidência.

Após a instalação, a comissão realizou a primeira reunião de trabalho.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



TERÇA

- CCT Internet em regime público**
9h A comissão avalia, entre 36 itens, o PLS 431/2014, sobre serviço de internet banda larga em regime público.
- CDH Operador de telemarketing**
9h Audiência pública interativa sobre condições de trabalho dos operadores de telemarketing.
- CMA Educação ambiental**
9h30 O PLC 105/2014, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, está na pauta de 12 itens.
- CAE Dívidas da Petrobras**
10h Audiência pública interativa sobre o endividamento da Petrobras e outras questões da empresa.
- CE Bolsa-Atleta**
11h30 A comissão analisa relatório de avaliação da política pública Bolsa-Atleta. Após, avalia 14 propostas em pauta.
- CMO LOA 2016**
13h Reunião de líderes da Comissão Mista de Orçamento sobre a LOA 2016. Às 14h, análise da MP 697/2015, sobre crédito extra para ministérios.
- PLENÁRIO Pauta trancada**
14h As MPs 682 e 687, de 2015, travam a pauta.
- CPI DO HSBC Audiência pública**
14h30 Audiência com representantes da Procuradoria-Geral da República, do Ministério da Justiça e da Polícia Federal.
- MP 696 Presidência da República**
14h30 Audiência pública interativa sobre a MP, que redesenha a estrutura da Presidência da República.
- PRESIDÊNCIA Reunião da Mesa**
15h Renan Calheiros se reúne com a Mesa Diretora e presidentes das comissões; às 16h, preside a ordem do dia.
- MP 688 Risco hidrológico**
15h30 A comissão analisa relatório da MP 688/2015, que divide o risco hidrológico entre hidrelétricas e consumidores.
- CI Penitenciárias**
8h30 Audiência pública interativa sobre a situação das penitenciárias brasileiras.
- CDH/CAS Salões de beleza**
9h Audiência pública interativa conjunta sobre o PLC 133/2015, que regula as relações de trabalho nos salões de beleza.
- CDR Fundo constitucional**
9h Audiência pública interativa sobre a redistribuição do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

QUARTA

- CCJ Salário de agentes públicos**
10h A comissão analisa a PEC 62/2015, sobre o efeito cascata de aumentos salariais de agentes públicos, e mais 27 itens.
- CMO Reunião**
14h Reunião extraordinária da comissão.
- MP 689 Contribuição de servidor**
14h30 Audiência interativa para instruir a MP que obriga o servidor público licenciado sem remuneração a continuar contribuindo para o regime previdenciário.
- MP 691 Terrenos de marinha**
14h30 Análise de relatório da MP que define as condições para alienar imóveis em terrenos de marinha.
- MP 696 Presidência e ministérios**
14h30 Audiência interativa sobre a MP, que altera as competências de ministérios e órgãos da Presidência.
- CMC Vale do São Francisco**
14h30 A comissão promove audiência pública por soluções para o colapso hídrico no Vale do São Francisco.
- MERCOSUL Parlamento Europeu**
15h30 Visita oficial de delegação do Parlamento Europeu.
- CMO Reunião**
9h30 Reunião extraordinária.
- CCJ Cartórios**
10h A comissão realiza audiência interativa sobre a PEC 51/2015, que regulariza a situação servidores de cartórios.
- CDR Saneamento básico**
10h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo faz audiência interativa sobre o financiamento da universalização dos serviços e a política tarifária dos serviços do Plano Nacional de Saneamento Básico. Às 14h, audiência interativa sobre a metodologia de elaboração do plano e a aplicação das Leis de Saneamento Básico e dos Resíduos Sólidos.
- CMC Fraudes em motores**
10h A comissão mista realiza audiência pública interativa para discutir fraudes em softwares nos motores da Volkswagen.
- CRE Indústria de defesa**
10h Audiência pública interativa para discutir a situação da indústria de defesa brasileira e projetos estratégicos do setor.

QUINTA

- SESSÃO ON-LINE**
- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, **audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Eduardo Braga explicou que país tem condições de cumprir os compromissos que vai apresentar desde que aposte no desenvolvimento de fontes de energia alternativas

Ministro garante metas do Brasil para COP-21

O MINISTRO DE Minas e Energia, Eduardo Braga, afirmou que o Brasil tem todas as condições de cumprir as metas que serão apresentadas pelo país na cúpula do clima de Paris, a COP-21, em dezembro. Para isso, segundo ele, será preciso apostar no desenvolvimento de fontes alternativas, como solar e eólica. Eduardo Braga participou na quinta-feira de audiência na Comissão Mista Sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

Uma das metas — já apresentada na cúpula da ONU sobre desenvolvimento sustentável, em setembro — prevê a participação de 23% de energia renovável (excluída a hídrica) no fornecimento de eletricidade.

— Isso traz grandes desafios, pois teremos mais do que dobrar nossa capacidade eólica, ter crescimento robusto no setor solar e expressivo entre as biomassas. Estamos otimistas. O Brasil cumpriu o compromisso com a redução do desmatamento e de emissão de gases de efeito estufa, e vamos dar outro bom exemplo — afirmou.

Segundo o ministro, em 2005, apenas 9% da matriz brasileira era de energia renovável. Agora o índice já chega a 14%. O Brasil é quarto maior produtor de energia eólica do mundo e deve chegar a 2050

como primeiro ou segundo maior produtor, conforme suas previsões.

— Temos ventos constantes e de boa qualidade. E engana-se quem pensar que é no litoral. É na parte setentrional do Nordeste — explicou.

Conforme Braga, um grande desafio do setor energético está no fato de que, no Brasil, as fontes produtoras de energia estão muito distantes dos centros consumidores, o que exige grande esforço de transmissão e gera dificuldades e perdas técnicas.

— Autorizar e licenciar um quilômetro de linha de transmissão requer 27 diferentes licenças — reclamou, defendendo a rapidez no licenciamento de obras consideradas estratégicas para o país.

Ao falar sobre a situação do sistema brasileiro, o ministro afirmou que não há risco de racionamento no país hoje, mesmo com a forte estiagem que atinge algumas regiões, notadamente o Nordeste.

— É importante dizer que o risco de racionamento no Brasil neste momento é zero. De 2001 a 2015, o Brasil construiu um sistema elétrico muito mais robusto. Hoje temos 130 mil quilômetros de linhas de transmissão da rede básica, além de programas de investimento de longo prazo — explicou.



Ministro fala na audiência, ao lado dos senadores Fernando Bezerra, presidente da comissão mista, e Garibaldi Alves Filho

Privatização da Celg provoca discussão entre Braga e Caiado

A privatização da Centrais Elétricas de Goiás (Celg) ensejou áspera discussão entre o ministro e o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO). Ao indagar sobre o assunto, Caiado alegou que Braga não estava prestando atenção e exaltou-se, deixando a sala da comissão após duras críticas ao ministro.

O presidente da CMMC, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o relator, deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), e os demais parlamentares saíram em defesa do ministro.

Eduardo Braga chegou a dizer que tomaria medidas judiciais cabíveis contra Caiado. Já o senador disse ter se exaltado

após ofensa do ministro.

O governo alega que a Celg apresenta R\$ 90 milhões por mês de prejuízo e grave desequilíbrio financeiro. Mas, para Caiado, o negócio será ruim para os goianos e o governo federal quer, na verdade, fazer caixa, uma vez que a Eletrobras tem 51% da companhia.

Confira as metas climáticas

MATRIZ ELÉTRICA

- **Meta 1:** até 2030, atingir participação de 66% da fonte hídrica na geração de eletricidade.
- **Meta 2:** alcançar 23% de participação de energias renováveis (excluída a energia hídrica) no fornecimento de energia elétrica.
- **Meta 3:** alcançar 10% de ganhos de eficiência no setor elétrico até 2030.

MATRIZ ENERGÉTICA

- **Meta 4:** participação de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030.
- **Meta 5:** participação de fontes renováveis, excluída a energia hídrica, de 28% a 33% até 2030.
- **Meta 6:** participação de bioenergia na matriz energética de 18% até 2030.

Trancada por MPs, pauta trata de anistia a bombeiros e de direito de resposta

A pauta de votações do Senado nesta semana está trancada por duas medidas provisórias (MPs) já aprovadas pela Câmara dos Deputados. A MP 682/2015 trata da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural e a MP 687/2015 elevou taxas cobradas por órgãos públicos.

A MP 682 atribuiu à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, a função de gerir o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR). Pelo parecer aprovado na Câmara, um decreto do Poder Executivo poderá

fixar a remuneração da agência para a nova atribuição.

A MP também mexe em regras de utilização do seguro rural. Segundo o texto, os produtores rurais poderão escolher a seguradora, o tipo de apólice e os riscos cobertos na concessão de subvenção econômica pela União à contratação do seguro rural.

A MP 687/2015 autorizou o aumento de taxas cobradas pelo Ibama, pela Ancine e pelo Cade para reforçar o caixa do governo federal no momento de crise. Algumas taxas quase dobram de valor. O Cade, por exemplo, será autorizado a cobrar R\$ 85 mil para julgar atos de

concentração econômica a partir do ano que vem. Hoje a taxa é de R\$ 45 mil.

Também está na pauta a Emenda da Câmara dos Deputados 9/2015 ao Projeto de Lei do Senado 141/2011, que fixa procedimentos para o exercício do direito de resposta por pessoa ou empresa em relação a matéria divulgada pela imprensa. Mas o texto não garante resposta a comentários de leitores feitos em sites dos veículos de comunicação.

Pelo projeto, do senador Roberto Requião (PMDB-PR), o ofendido terá 60 dias para pedir ao meio de comunicação o direito de resposta ou

a retificação da informação. O texto considera ofensivo o conteúdo que atente, mesmo por erro de informação, contra a honra, a intimidade, a reputação, o conceito, o nome, a marca ou a imagem de pessoa física ou jurídica.

Ainda poderá ser analisado pelo Plenário o PLC 17/2015, que anistia bombeiros e policiais militares de diversos estados por terem participado de movimentos grevistas. A anistia valerá para os crimes previstos no Código Penal Militar entre 13 de janeiro de 2010, data de publicação de outra lei de anistia (Lei 12.191/2010), e a data de publicação da futura lei.

Telmário Mota chama a atenção para a crise de energia em Roraima

Telmário Mota (PDT-RR) destacou a crise energética em seu estado, que atribuiu a governos corruptos que não se mobilizaram.

O senador lembrou que Roraima depende de importação de eletricidade da Venezuela, cujo fornecimento sofre interrupções frequentes, e o abastecimento



é completado por usinas termelétricas, que custam caro e agravam o efeito estufa. Ele acrescentou que Roraima é o único estado não interligado ao sistema elétrico nacional, mas a conclusão do Linhão de Tucuruí, a seu ver, vai contra os interesses das oligarquias do estado.

Dário Berger defende reforma administrativa no setor público

Dário Berger (PMDB-SC) ressaltou a crise econômica e o cenário de incertezas que tomam conta do Brasil, resultando em recessão, volta da inflação e desemprego.

Ele lamentou o PIB negativo em quase 3% e citou a estimativa de inflação, que pode atingir 10%; os juros do



cheque especial, que estão em cerca de 400% ao ano; e a taxa de desemprego, que se aproxima dos 10%.

Para o senador, o governo gasta muito e mal. Por isso, é preciso promover uma reforma administrativa que torne mais eficiente o setor público.

Ângela Portela: cortes no Orçamento não podem afetar o Bolsa Família

Ângela Portela (PT-RR) acha preocupante a decisão do relator do Orçamento federal, deputado Ricardo Barros (PP-PR), de propor corte de R\$ 10 bilhões no dinheiro previsto para o Bolsa Família em 2016. Isso equivale a 35% dos R\$ 28,8 bilhões que o governo quer aplicar no programa, explicou



a senadora. — Por mais que seja essencial garantir um orçamento equilibrado, não é aceitável que isso seja feito às custas de programas sociais. Há outras áreas que podem ser chamadas a contribuir antes de propor sacrifício maior às parcelas mais vulneráveis da população.

Jornalistas recebem Prêmio Roberto Marinho

Escolhidos entre 27 indicados, Gerson Camarotti, Berenice Seara e Diógenes Brayner foram os ganhadores da comenda do Senado, entregue pela primeira vez este ano

“NÃO MAIS SE concebe uma sociedade moderna, justa e desenvolvida sem o livre exercício do jornalismo.” Foi com essas palavras que o presidente do Senado, Renan Calheiros, abriu a sessão especial, na quinta-feira, de entrega do Prêmio Roberto Marinho de Mérito Jornalístico.

A premiação foi criada pelo Senado em 2009, mas este foi o primeiro ano de entrega da condecoração aos jornalistas. Entre 27 indicados, a comissão julgadora — presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) — escolheu a colunista do jornal *Extra* Berenice Seara, o colunista do jornal *Correio de Sergipe* Diógenes Brayner e o repórter e comentarista da GloboNews Gerson Camarotti. Roberto Marinho foi agraciado in memoriam.

Berenice e Camarotti dedicaram a comenda aos demais colegas que militam na busca diária pela notícia. Os desafios enfrentados por esses profissionais e a representatividade da premiação para a consolidação da democracia também foram ressaltados pelos homenageados.

— Esse prêmio está sendo concedido no momento em que precisamos reafirmar que a boa política e o bom jornalismo continuam juntos na luta pela manutenção e pelo aprimoramento da democracia — afirmou Berenice.

Já Gerson Camarotti disse ter testemunhado, ao longo de 20 anos de exercício profissional, a atuação “essencial” do Senado para a consolidação da democracia e a defesa da liberdade de imprensa.

— O Senado conseguiu entender e valorizar uma nova linguagem da cobertura política. Esse prêmio é uma demonstração dessa natureza democrática — resumiu o comentarista da GloboNews.

Também agraciado, Diógenes Brayner é natural de Pernambuco e atua há 40 anos no jornalismo regional, com foco no comentário político.

Em nome da família Marinho, o vice-presidente de Relações Institucionais do Grupo Globo, Paulo Tonet, recebeu do ex-senador José Sarney a comenda concedida in memoriam ao jornalista Roberto Marinho. O executivo ressaltou a obsessão de Marinho pelo trabalho



Trajetória de Roberto Marinho, fundador das Organizações Globo, foi lembrada em Plenário pelos senadores durante a cerimônia de entrega do prêmio

e a busca incessante pela oferta do melhor produto jornalístico para o público brasileiro.

— Roberto Marinho era um homem de redação de jornal. *O Globo* era a sua paixão. Mesmo quando já empresário bem-sucedido, prevaleciam as características de jornalista — disse Tonet.

Pouco antes da entrega dos prêmios, Renan Calheiros reiterou o compromisso da Mesa do Senado com a liberdade de expressão.

— Seremos sempre uma trincheira sólida e democrática contra qualquer iniciativa para controlar o conteúdo da informação ou constranger os profissionais da imprensa — afirmou o presidente da Casa.

A atuação na reportagem e no comentário político sobressaiu como ponto de convergência entre os agraciados com o prêmio. Os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Eduardo Amorim (PSC-SE) e Ana Amélia (PP-RS) — que atuou por décadas como jornalista no Rio Grande do Sul e no Distrito Federal — fizeram a entrega da comenda, respectivamente, aos jornalistas Berenice Seara, Diógenes Brayner e Gerson Camarotti.

Após herdar do pai (Irineu Marinho), em 1925, o jornal *O Globo*, Roberto Marinho ergueu o maior conglomerado de comunicação do país. Faleceu em 2003, aos 98 anos.

Senadores destacam papel da imprensa para a consolidação da democracia no país

Na cerimônia, vários senadores salientaram a importância da imprensa livre e da liberdade de expressão.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que uma imprensa “sem mordidas” contribuiu para a consolidação da democracia.

Jornalista há 50 anos, Lasier Martins (PDT-RS) acrescentou que homenagens a profissionais de comunicação reforçam a liberdade de expressão.

Eduardo Amorim (PSC-SE) contou que foi na política que percebeu a importância do jornalismo.

— Com o jornalismo forte, com o jornalismo sincero, transparente e ético que haveremos também de corrigir as mazelas que este país — disse.

Presidente do conselho encarregado do prêmio, Cristovam Buarque (PDT-DF) falou das dificuldades para escolher os nomes dos agraciados com o prêmio.

Ana Amélia (PP-RS) lembrou que esteve do outro lado como jornalista, entrevistando vários dos que ocupam o Plenário em momentos dramáticos da vida nacional.

— Eu sinto que o jornalismo ajudou-me muito a conhecer melhor, a respeitar e a ter uma relação com

o poder de maneira absolutamente equilibrada e respeitosa.

Fernando Collor (PTB-AL) celebrou a memória do fundador das Organizações Globo. De acordo com ele, “sem o véu da ideologia, não se teria formado um dos maiores conglomerados de comunicação do mundo”. Em sua opinião, os que criticam Roberto Marinho quase sempre o fazem por seus méritos empresariais, porque teve senso de oportunidade e soube aproveitar todas as chances que lhe foram apresentadas.

O senador lembrou que, em 1965, quando já tinha 61 anos, Marinho se lançou no imenso desafio de fazer instalar a TV Globo do Rio de Janeiro. Recordou ainda que, em 1969, entrou no ar o *Jornal Nacional*, primeiro telejornal brasileiro em rede nacional.

— Não há como falar ou pensar no Brasil dos últimos 50 anos sem que reconheçamos ali a presença do Sistema Globo de Comunicação. E, por trás do noticiário de *O Globo*, da bancada do *Jornal Nacional*, transmissões radiofônicas da CBN, das imagens da GloboNews, a memória viva da presença sóbria, polida e gigantesca do jornalista Roberto Marinho.

Ex-conselheiro, Gruginski permanece em silêncio na CPI do Carf

O ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) João Batista Gruginski compareceu à reunião da CPI que investiga irregularidades no órgão na quinta-feira. Amparado em um habeas corpus preventivo do Supremo Tribunal Federal (STF), porém, Gruginski ficou em silêncio e não respondeu às perguntas. Atualmente, ele é sócio da SGR Consultoria Empresarial Ltda., investigada pela prática de tráfico de influência no Carf.

Com base na nova etapa da Operação Zelotes, da Polícia Federal, que focou no núcleo político das irregularidades no Carf, novos requerimentos de convocação foram apresentados. O Randolfe Rodrigues (Rede-AP) quer

ouvir Carlos Juliano Ribeiro Nardes, sobrinho do ministro do TCU Augusto Nardes. O senador pede a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico de Carlos Juliano.

O presidente da CPI, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), apresentou requerimentos

para a convocação dos ex-ministros Erenice Guerra e Gilberto Carvalho. Ataídes também quer ouvir Luis Cláudio Lula da Silva, filho do ex-presidente Lula. Os requerimentos devem ser votados na próxima reunião da CPI, marcada para quinta-feira, às 9h.



Gruginski não respondeu às perguntas dos senadores na comissão, presidida por Ataídes Oliveira

Lira quer endurecer pena de atropelamento fatal

Raimundo Lira (PMDB-PB) anunciou a apresentação de projeto de lei com o objetivo de reduzir as mortes no trânsito causadas por motoristas embriagados, aumentando a pena para esse delito. Ele lembrou que é cada vez maior o número de acidentes fatais causados em razão da embriaguez e da imprudência de motoristas.

— São vidas ceifadas em razão da irresponsabilidade de motoristas que insistem em conduzir seus veículos, mesmo após ingerirem elevadas quantidades de álcool, colocando em risco a vida de pedestres e condutores.

Ministério já analisa efeito de droga em câncer

Em audiência, foi anunciada força-tarefa para acompanhar estudos clínicos da fosfoetanolamina sintetizada no Brasil e apontada como eficaz contra várias formas da doença

O MINISTÉRIO DA Saúde criou uma força-tarefa para acompanhar os estudos com a substância fosfoetanolamina sintética e conceber estratégias para a produção, segundo o secretário da área de ciência e tecnologia da pasta, Adriano Massuda. Uma audiência pública de quase seis horas, na quinta-feira, no Senado, debateu o uso dessa substância, que vem sendo divulgada como eficaz no tratamento de diversos tipos de câncer e motiva ações judiciais de doentes que reivindicam o fornecimento da droga.

Os pacientes querem a garantia de entrega das cápsulas da substância, atualmente interrompida. Por decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), o Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP), em São Carlos, está

obrigado a cumprir as mais de 1,2 mil liminares já expedidas. As cápsulas vinham sendo produzidas pelo instituto da USP em pequena escala, com distribuição a pacientes dos médicos da mesma rede de pesquisa.

O representante do Instituto Nacional do Câncer (Inca), Gelsio Luiz Quintela Mendes, manifestou a disposição do órgão em participar dos ensaios clínicos.

Jailson Bittencourt de Andrade, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, observou que a fosfoetanolamina já está na pauta de debates nacional e alcançou também o exterior. Salientou que a pasta pode colaborar com sua rede de 16 laboratórios para a produção imediata da substância, se for o caso.

Realizada em conjunto pelas Comissões de Ciência e



Senadores, pesquisadores, médicos, gestores do governo e pacientes em terapia experimental no debate da CAS e CCT

Tecnologia (CCT) e de Assuntos Sociais (CAS), a audiência foi requerida por Ivo Cassol (PP-RO), que dirigiu os trabalhos, Ana Amélia (PP-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

O professor aposentado Gilberto Orivaldo Chierice, da USP, desenvolveu um método para sintetizar a fosfoetanolamina. A substância sintética imita a natural, produzida pelo corpo humano, atuando para reforçar os mecanismos de defesa contra as células comprometidas. Segundo Chierice, testes clínicos com pessoas foram feitos em hospital em Jaú (SP), por meio de convênio com a USP, entre 1995 e 2000.

O médico disse que os testes seguiram as regras que se aplicavam à época, do Ministério da Saúde, antes que as pesquisas passassem a ser reguladas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Segundo ele, os estudos foram publicados e desfrutaram de reconhecimento internacional.

— Mas, sobre os relatórios produzidos no hospital, não sabemos o destino dado após o fim do convênio — disse.

Médicos apresentaram exames e vídeos mostrando evolução positiva no tratamento com a droga em pacientes sob seus cuidados.

— Tivemos depoimentos

consistentes e verdadeiros, inclusive de pacientes que estão utilizando a fosfoetanolamina. Não é apenas a USP que pode produzi-la — avaliou Cassol.

A psicóloga Bernadete Cioffi, de São Paulo, foi uma das pacientes que relatou seu caso. Ela teve câncer de mama e nenhuma das terapias a que se submeteu foi eficaz. Com metástase óssea e já em tratamento paliativo, ela passou a usar a fosfoetanolamina em setembro. Exames mostram o tumor em regressão. Ela não precisa mais de cadeira de rodas e nem mesmo de bengala. E parou de usar medicamentos para dor, como a morfina, que a deixavam “dopada”.

Produção

Salvador Claro Neto, pesquisador da USP de São Carlos, confirmou que o laboratório local não está apto a produzir fosfoetanolamina na quantidade demandada pelo número crescente de liminares.

— Não somos uma fábrica, somos um laboratório. O que tem de ser feito é sair da universidade, fabricar em outro local onde se possa aumentar a produção — afirmou.

Ele confirmou a informação divulgada por Cassol de que os pesquisadores estão dispostos a autorizar a produção da subs-

tância por outros laboratórios. Mas querem a garantia da supervisão dos testes clínicos, agora segundo os critérios da Anvisa. Querem participar do monitoramento de dados de pacientes, para avaliação da eficácia e da segurança da substância e para evitar boicotes.

O presidente da Anvisa, Jarbas Barbosa Júnior, salientou a importância de regras e controles para desenvolvimento de medicamentos, sobretudo para os testes clínicos em humanos. Segundo ele, o processo é complexo e visa garantir não só a eficácia para a doença, mas também a segurança quanto a efeitos adversos e mesmo de letalidade. Também afirmou que nunca chegou ao órgão qualquer pedido de autorização para testes clínicos com a fosfoetanolamina.

— Toda inovação radical, de substância fabricada no país, é considerada uma prioridade e passa para o primeiro lugar da fila — salientou.

Ana Amélia citou nota emitida pela USP em que a instituição, entre outros pontos, destaca que não foram realizados estudos clínicos e, portanto, ainda não é possível assegurar a eficácia e a segurança do uso da fosfoetanolamina. Por isso, salientou, o debate deve ser feito com racionalidade.

Ivo Cassol pede mais pesquisas de novos medicamentos

Em Plenário, Ivo Cassol relatou a audiência e pediu que a presidente Dilma Rousseff “compre a briga” por mais pesquisas para novos medicamentos no país. Sugeriu ainda a aprovação de propostas e sanção de leis que possibilitem a redução dos preços dos remédios.

O senador destacou o uso da fosfoetanolamina sintética no combate ao câncer.

— Os efeitos da substância, que pode impedir o aumento das células tumorais e a metástase, estão sendo estudados há mais de 20 anos na Universidade de São Paulo — disse.

Alvaro Dias quer providências para liberar substância

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu providências para a liberação da fosfoetanolamina. O senador lamentou que o uso da substância, que “pode ser uma descoberta histórica da ciência brasileira”, esteja submetido a disputas judiciais e ao “emaranhado burocrático”.

Para Alvaro, a postura da vigilância sanitária tem sido de “indiferença” diante da possibilidade de salvar inúmeras vidas. O senador espera que o Executivo determine, se for o caso, a realização de novos testes clínicos para aferir a eficácia da fosfoetanolamina.

Incentivo a microusinas de biocombustível é aprovado

O PLS 252/2011, que institui política para incentivar a produção de biocombustíveis por microusinas, especialmente operadas por agricultores familiares, foi aprovado na quinta-feira pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e segue para a Câmara.

Conforme o projeto, de Acir Gurgacz (PDT-RO), poderão ser criadas linhas de crédito com juros e prazos favorecidos para atividades agrícolas, industriais e de distribuição de biocombustíveis produzidos nas microusinas. Agricultores familiares terão prioridade no acesso aos benefícios. Também serão favorecidas microusinas em localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e aquelas que usam como matéria-prima plantas nativas.

Poderão ser direcionados recursos a fundo perdido para pesquisas sobre biocombustíveis e para assistência técnica. O texto prevê ainda isenção de PIS-Pasep, Cofins e IPI incidentes sobre equipamentos e materiais para instalação e funcionamento das microusinas.

Ana Amélia (PP-RS), relatora do texto na CRA, acatou substitutivo aprovado nas Comissões de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Incra pode deixar de opinar sobre parcelamento urbano

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) pode deixar de opinar sobre o parcelamento de solo para fins urbanos, se for convertido em lei o PLS 388/2014, de Acir Gurgacz (PDT-RO). O texto foi aprovado na quinta-feira na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão final.

O senador explica que a legislação em vigor confere ao Incra competência para aprovar projetos de parcelamento de imóvel rural para fins urbanos, sendo o órgão responsável por comprovar, entre outros aspectos, que o imóvel a ser parcelado tenha perdido suas características produtivas.

Gurgacz considera a atribuição inadequada, argumentando ser competência exclusiva do município, prevista na Constituição, promover “o ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”. A conversão de área rural em urbana, para o autor, deve ser decidida conforme normas municipais.

O projeto teve voto favorável do relator na CRA, Wellington Fagundes (PR-MT), e manifestação de apoio de Blairo Maggi (PR-MT).

Senadores criticam projeto de restrição a agrotóxicos

As restrições ao registro e uso de agrotóxicos previstas no PLS 541/2015, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), foram criticadas pelos participantes da reunião da Comissão de Agricultura (CRA) na quinta-feira. O texto proíbe o registro de agrotóxicos que tenham como ingredientes ativos glifosato, triclorfom, carbofuran cihexatina, abamectina, fosmete e lactofen. Também veda a pulverização aérea de pesticidas.

— O projeto trata da proibição de uso de moléculas muito importantes e necessárias para a agricultura, não há condição de fazer agricultura no Brasil se banirmos esses produtos — disse Blairo Maggi (PR-MT).

O relator, Acir Gurgacz (PDT-RO), apresentou voto pela rejeição do texto, mas acatou pedido de Valadares e submeteu requerimento à CRA para discutir o assunto em audiência pública. No entanto, o requerimento foi rejeitado.

A presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS), informou que a proposta retornará à Mesa do Senado, a pedido de Valadares, que solicitou o exame do projeto também pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) antes da votação na CRA.

Comissão vota medida provisória que compensa usinas hidrelétricas

Texto irá depois para os Plenários da Câmara e do Senado. Governo tem pressa para aprovar a proposta antes do leilão de concessão

DEVE SER VOTADO hoje parecer do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) sobre medida provisória que visa compensar o déficit na geração de energia das usinas hidrelétricas em razão da escassez de chuvas dos últimos anos.

O relatório foi apresentado na quinta-feira à comissão mista encarregada de fazer a análise prévia do texto (MP 688/2015). Após passar pelo colegiado, o texto precisa da confirmação dos Plenários da Câmara e do Senado.

O Ministério de Minas e Energia quer a MP aprovada antes de 25 de novembro, nova data do leilão de 29 usinas hidrelétricas cujas concessões serão refeitas. O governo espera arrecadar R\$ 11 bilhões à vista este ano e R\$ 6 bilhões restantes no primeiro semestre de 2016.

— Temos prazo para que aconteçam esses leilões, senão esse dinheiro não entra mais este ano — disse Eunício.

O relatório recomenda a aprovação da medida. O sena-



Relator da MP, Eunício (D) fala ao lado do deputado Rogério Peninha Mendonça

dor acatou 18 das 76 emendas apresentadas.

Na reunião da comissão mista na semana passada, o deputado Fabio Garcia (PSB-MT) propôs a realização de audiência pública sobre o tema. Eunício assegurou que a nova versão da MP é fruto de amplo debate com representantes do setor energético e do governo.

A reunião foi suspensa, e não encerrada — o que significa que o quórum está mantido

e, na prática, a MP 688 pode ser votada hoje, mesmo sem o número mínimo de parlamentares. De todo modo, o líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), garantiu que o texto só será votado com a presença da oposição. É o que espera o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA):

— Não podemos admitir que uma sessão possa acontecer sem a presença de ninguém.

Não queremos aprovar um projeto tão importante em uma sessão-fantasma.

Regras

A MP 688 estabelece o ressarcimento às hidrelétricas das perdas com o déficit hídrico em 2015. As geradoras poderão escolher se querem assumir um risco pela energia contratada a partir de 2016. Uma parte desse risco será coberta por um prêmio pago pelas geradoras aos distribuidores. Será uma espécie de seguro, utilizado para reduzir a tarifa por meio de repasses da conta de bandeiras tarifárias cobradas dos consumidores. A outra parte será coberta por investimentos em nova capacidade para as usinas.

De acordo com a medida, para que não haja repasse de custos aos consumidores, a conta acumulada em 2015 será assumida pelas geradoras de energia, que serão compensadas com prazo adicional de concessão de até 15 anos para amortizar o montante.

Lindbergh exalta aniversário de Lula e atuação contra pobreza

Lindbergh Farias (PT-RJ) comemorou os 70 anos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. O senador falou sobre a trajetória de Lula e ressaltou que ele deixou o cargo com mais de 80% de aprovação.

— O ex-presidente tornou-se um exemplo na luta contra a pobreza — afirmou.

Lindbergh disse que a “sórdida campanha” contra Lula vem de grupos que temem ser derrotados numa eventual disputa à Presidência em 2018.



Ana Volpe/Agência Senado

Donizeti festeja 70 anos do ex-presidente e lembra sua trajetória

O aniversário de 70 anos do ex-presidente Lula também foi lembrado por Donizeti Nogueira (PT-TO).

O senador disse que Lula foi o primeiro líder saído das camadas mais pobres da sociedade a chegar ao cargo mais alto da nação e destacou a capacidade do ex-presidente de fazer com que o Brasil adquirisse respeito no mundo:

— Continuamos acreditando na capacidade que Lula tem de interpretar o sentimento e as necessidades do povo.



Ana Volpe/Agência Senado

Relatório limita reajuste de taxas federais a 50%

O relatório sobre a medida provisória que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários foi aprovado na quarta-feira pela comissão mista que a avaliou. O relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), inseriu no parecer emendas sobre o que considera “matérias tributárias relevantes e urgentes”. A MP 685/2015 segue para os Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Entre os outros temas, está a autorização para o Poder Executivo atualizar diversas taxas federais, como de registro de arma de fogo, controle de produtos químicos e fiscalização de vigilância sanitária. Um grupo de trabalho interministerial verificou que as leis não estabelecem regras para reajustes e que elas ficaram de 4 a 17 anos sem correção.

Nos últimos quatro anos, a inflação acumulada estabelecida pelo IPCA foi de 25% e, nos últimos 17 anos, de 183,8%. Como o governo não estabeleceu, no texto original da MP, um limite para os reajustes, Tasso fixou um percentual máximo de 50% para a primeira atualização das taxas, prevendo a restituição dos valores já pagos pelo contribuinte.

Nova atualização só poderá ser feita no período de um ano. Na comissão especial, o deputado Julio Lopes (PP-RJ) considerou que o governo, por não ter limitado o período nem o percentual de aumento, incorreu em inconstitucionalidade. Lopes só aceitou votar o relatório porque o senador José Pimentel (PT-CE) concordou em discutir o ponto antes da votação pela Câmara.

O texto original também obriga os contribuintes a apresentar à Receita Federal antecipadamente os planejamentos feitos dentro da empresa com objetivo de pagar menos imposto e evitar litígios demorados. Segundo Tasso, esse ponto era o mais criticado e passou por mudanças.

— A apresentação passa a ser facultativa e tira-se a multa caso a Receita Federal não esteja de acordo. Também se obriga a Receita a expor por que não concorda e dá-se prazo para ela dar a resposta — explicou.

Assim, em vez da declaração obrigatória em todos os casos, o relatório restringe a exigência para a hipótese de atos ou negócios específicos, previstos em ato a ser editado pela Receita.

O texto cria ainda a possibilidade de o contribuinte declarar

a prática de atos ou negócios jurídicos, caso tenha acarretado a supressão, redução ou diferimento de tributo. Tasso propõe o direito do contribuinte de, ao declarar, expor a existência de motivos pelos quais praticou atos ou firmou negócios jurídicos sem “razões extratributárias relevantes”, adotou forma não usual ou optou por negócio indireto ou cláusula que adultere os efeitos de contrato típico.

O relatório ainda exige que o Fisco, se não reconhecer atos ou negócios jurídicos firmados pelo sujeito passivo, fundamente suas decisões. A intimação relativa ao não reconhecimento deverá ser expedida pelo Fisco até 30 de setembro do segundo ano seguinte àquele em que forem declaradas as operações.

Gleisi faz balanço da campanha Outubro Rosa no Congresso

Gleisi Hoffmann (PT-PR) destacou a participação do Congresso na campanha Outubro Rosa, que conscientiza sobre a prevenção ao câncer de mama.

Ela lembrou que o Senado aprovou projeto que garante mamografia a mulheres com alto risco de câncer e elogiou a atuação da Procuradoria Especial da Mulher.

— A bancada feminina do Congresso desempenhou de forma muito positiva seu papel.



Gerardo Magela/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Cadeirinha na van escolar ainda gera polêmica

Equipamento passaria a ser obrigatório no transporte de estudantes em fevereiro, mas exigência deve ser remarcada a pedido dos motoristas, enquanto ONGs reclamam do adiamento

Augusto Castro

O POSSÍVEL ADIAMENTO para a entrada em vigor da medida que obriga o uso de cadeirinhas no transporte escolar começa a provocar reações. Na quinta-feira da semana passada, a ONG Criança Segura e a Proteste Associação de Consumidores publicaram texto na internet lamentando a mudança de data, inicialmente prevista para 1º de fevereiro de 2016.

As entidades informaram que vão pedir ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) que estabeleça o mês de junho para que seja feita a adoção dos equipamentos de segurança.

O anúncio do eventual adiamento foi feito pelo diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Alberto Angerami, em audiência pública promovida na quarta-feira pelas Comissões de Educação (CE) e de Infraestrutura (CI) do Senado.

Ele disse que levará à próxima reunião do Contran, no dia 17, a reivindicação dos motoristas de transporte escolar, que querem a anulação da exigência. Angerami não garantiu que a medida será derrubada, mas acredita que a data-limite será alterada para que o assunto seja melhor estudado.

Na audiência, representantes dos motoristas afirmaram que não têm como cumprir a obrigação, considerada desnecessária por eles em razão do baixo número de acidentes no setor. Alegam que, desde 1997, quando entrou em vigor o Código de Trânsito Brasileiro, nenhuma criança morreu ou sofreu lesão grave sendo transportada por veículos escolares legalizados e vistoriados.

— Temos um serviço que é seguro e aprovado, com sinistralidade zero — afirmou o diretor da Associação Regional

de Transporte Escolar de São Paulo, Jorge Salgado.

Já a ONG Criança Segura e a Proteste consideram uma eventual anulação da medida um retrocesso.

“A forma mais segura de transportar crianças nos veículos é na cadeirinha, pois ela é projetada de acordo com o tamanho da criança para retê-la no veículo, distribuir a força da colisão de forma igual pelo corpo e proteger partes frágeis do corpo da criança, como cabeça, pescoço e coluna”, afirma a coordenadora nacional da ONG, Gabriela Freitas, no texto publicado pelas entidades.

Apesar de avaliar o adiamento da exigência, Alberto Angerami, do Denatran, concorda que a eficácia dos chamados dispositivos de retenção infantil está comprovada.

— O Ministério da Saúde tem estatísticas que mostram diminuição de cerca de 30% dos acidentes com ferimentos graves para as crianças que estavam usando os equipamentos — disse na audiência.

De todo modo, Dário Berger (PMDB-SC) e Marta Suplicy (PMDB-SP), que também participaram do debate, elogiaram a decisão de tentar adiar a vigência da norma. Os senadores consideraram o argumento dos motoristas sobre o baixo índice de acidentes no setor.

O Brasil possui cerca de 100 mil veículos de transporte escolar legalizados e certificados. A grande maioria deles tem identidade visual explícita e tacógrafo, dispositivo que monitora a velocidade de veículos.

Resolução

O uso de cadeirinhas em carros de passeio particulares é obrigatório desde 2010. Com a Resolução 541/2015, o Contran estende a exigência para todo transporte escolar,



Obrigatórias nos carros de passeio particulares, cadeirinhas têm eficácia comprovada, segundo o Denatran e a PRF

Cuidado nunca é demais

Use sempre o bebê conforto, cadeirinha ou assento de elevação para transportar crianças menores de 7 anos e meio, mesmo em trajetos curtos.

Os assentos infantis previnem entre 50% e 90% de todas as lesões graves e mortais.

Em caso de acidente, a cadeirinha deve ser descartada, mesmo que pareça não estar quebrada, pois pode haver avaria interna.

Leia o manual de instruções e os adesivos colados no equipamento.

Só compre equipamentos que tenham o selo do Inmetro.

O bebê conforto deve ser instalado em posição contrária ao fluxo do veículo.

Cadeirinha e assento de elevação devem ser instalados a favor do fluxo do veículo.

Depois que atingir 1,45 metro, a criança pode deixar de usar a cadeirinha ou assento de elevação, mas sempre deve estar no banco traseiro e usando o cinto de segurança.

O banco dianteiro só deve ser usado por pessoas acima de 10 anos.

Não transporte crianças no porta-malas do carro ou no colo de adultos.

Não esqueça de usar a trava de segurança das portas traseiras do veículo.

Apesar de o maior número de acidentes graves com crianças no trânsito ser por atropelamentos, cuidado nunca é demais.

Sábados, domingos e feriados geralmente contabilizam mais acidentes graves que dias úteis.

O site do Inmetro tem uma lista das cadeirinhas certificadas.

independentemente da classificação, categoria ou peso bruto do veículo.

Continuarão dispensados de ter o equipamento os táxis, os veículos de transporte coletivo, carros de aluguel e os que pesam acima de 3,5 toneladas.

O descumprimento da nova exigência acarretará multa de R\$ 191,54 por infração gravíssima, com retenção do veículo e sete pontos na carteira de habilitação do motorista.

Mãe de duas crianças, de 1 ano e 8 meses e 4 anos, a figurinista Luiza Hagah acredita que a maioria dos pais

evita colocar filhos menores de 5 anos em veículos escolares, por motivos de segurança. Ela acha a cadeirinha fundamental.

— Em freadas mais fortes e até mesmo quando o carro morre ou engasga a criança sofre um tranco. A cadeirinha segura a onda — elogia.

Alerta

Em agosto, a Polícia Rodoviária Federal (PRF) fez um alerta sobre a mortalidade infantil no trânsito. Segundo a corporação, 1.200 crianças morreram nos últimos 5 anos

nas rodovias federais devido a acidentes. Para a diretora-geral da PRF, Maria Alice Nascimento, o número de mortes só pode diminuir se o uso das cadeirinhas for adotado por mais pessoas.

— Os condutores precisam entender que a utilização do bebê conforto, cadeirinha e assento de elevação pode salvar a vida de seus filhos em um possível acidente.

Desde 2010, a PRF já multou quase 60 mil motoristas de moto e carro transportando crianças em desacordo com a legislação.

O lugar da segurança

ATÉ 1 ANO DE IDADE



Usar o **bebê conforto** voltado para o vidro traseiro do veículo.

DE 1 A 4 ANOS



Usar a **cadeirinha** voltada para a frente do veículo

DE 4 A 7 ANOS E MEIO



Usar o **assento de elevação** com o cinto de 3 pontos

A PARTIR DE 7 ANOS E MEIO



Usar **cinto de segurança** de 3 pontos no banco traseiro

Saiba mais

Resolução 541/2015
<http://bit.ly/resolucao541>

Educação e segurança nas ruas
www.viverseguronotransito.com.br

Departamento Nacional de Trânsito
www.denatran.gov.br

ONG Criança Segura
www.criancasegura.org.br

Inmetro
www.inmetro.gov.br

Dicas de legislação
www.portaldotransito.com.br

Veja todas as edições do
Especial Cidadania em
www.senado.leg.br/especialcidadania

Brasil se isola no comércio mundial, dizem especialistas

Em audiência sobre efeitos do Acordo Transpacífico, debatedores e senadores discutiram problemas que podem levar o país a perder mercado externo e criticaram falta de rumo da política comercial brasileira

A FALTA DE estratégia no comércio exterior está levando o Brasil ao isolamento, avaliaram os participantes de audiência pública feita na quinta-feira na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Na reunião para debater os efeitos sobre o Brasil do Acordo Transpacífico (TPP) — parceria de livre comércio que inclui Estados Unidos, Japão e mais 10 países —, a professora Lia Valls Pereira, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disse que a ameaça maior é “a falta de rumo” da política comercial brasileira.

Após classificar como esgotadas as prioridades definidas pelo país no comércio exterior — América do Sul e África —, a professora Vera Thorstensen, também da FGV, considerou tímidos os movimentos de aproximação do Brasil com os países desenvolvidos. Segundo ela, o atraso é tão grande que exige resposta contundente. Para Vera, “o Brasil está correndo atrás dos bondes da história”.

Lia Valls e Vera Thorstensen notaram que acordos multilaterais como o TPP não abrangem tarifas aduaneiras, como o do Mercosul, mas visam à convergência regulatória, em busca da superação de barreiras fitossanitárias e técnicas.

Vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), Mauro Oiticica Laviola manifestou a preocupação dos exportadores com a falta de previsibilidade da economia brasileira. Além disso, acrescentou, o principal parceiro comercial do Brasil no Mercosul — a Argentina — enfrenta carência de divisas, situação que afeta outro integrante do bloco, a Venezuela.

O professor Marcos Troyjo, diretor do BricLab da Universi-



Aloysio Nunes (C) no debate com Troyjo, Lia Valls, Vera Thorstensen e Laviola

dade Columbia (EUA), sugeriu expurgar três “fantasmas do passado”, legados do regime militar que foram reintroduzidos no ambiente econômico nos últimos anos: substituição das importações, nacional-desenvolvimentismo e política externa independente.

Com a substituição das importações, exemplificou, a Petrobras paga US\$ 80 milhões por um navio-petroleiro Aframax fabricado no Brasil, quando o custo na Coreia do Sul é de US\$ 45 milhões. O resultado dessa política, acrescentou, é uma grande perda de eficiência para a empresa e prejuízo para os consumidores.

Em nome do nacional-desenvolvimentismo, segundo Troyjo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) fez vultosas transferências de recursos para empresas brasileiras escolhidas para ter projeção internacional. A política externa independente, na avaliação do professor, reproduz hoje o antagonismo aos Estados Unidos típico dos anos 60 e 70.

Risco às commodities

Laviola afirmou que a exportação de commodities brasileiras, que vem sustentando a balança comercial, corre risco com a assinatura de um acordo que permitirá à Austrália fornecer à China, em condições mais vantajosas do que o Brasil,

produtos como minério de ferro, açúcar e carne.

Autor de um dos requerimentos para a audiência pública, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) observou que o Acordo Transpacífico prevê uma redução tarifária de 40% no comércio intrablocos de carne de frango e de 35% no caso da soja. Segundo ele, são dois produtos em que o Brasil compete diretamente com os Estados Unidos. Para o senador, o acordo da Austrália com a China e a aliança transpacífica podem significar perda de mercado pelo Brasil.

Ele sugeriu — e a CRE aprovou — convite ao assessor especial da Presidência da República Marco Aurélio Garcia, considerado o ideólogo da política externa brasileira, para discutir comércio internacional, na comissão, com outras autoridades do governo.

Tasso Jereissati (PSDB-CE), que presidiu parte da audiência, relatou que uma indústria de confecção trocou o Ceará pelo Paraguai, que adotou política de atração de investimentos com redução de custo tributário para empresas.

O professor Troyjo resumiu o cenário atual como de muitas oportunidades para poucos países — os envolvidos nas várias alianças comerciais — e de poucas oportunidades para muitos — no caso, os que se isolaram no comércio internacional, como o Brasil.

Gurgacz pede fim de embargos do Ibama a obras na BR-319

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) que suspenda logo os embargos que estão impedindo a continuidade das obras de manutenção da BR-319. Ele disse que não há justificativa para esse embargo porque as obras não têm nenhum impacto ambiental.

Isso, segundo o senador, foi confirmado por diligência feita semana passada por uma comitiva de senadores, deputados e empresários.

— Não há impacto ambiental no trabalho de manutenção da BR-319. Em nome dessas pessoas que querem fazer esse trajeto de carro, pedimos que o Ibama levante esse embargo. Que possamos ver a retomada dessas obras o mais rapidamente possível.



Acir Gurgacz

Viana quer explicações sobre o preço dos combustíveis no Acre

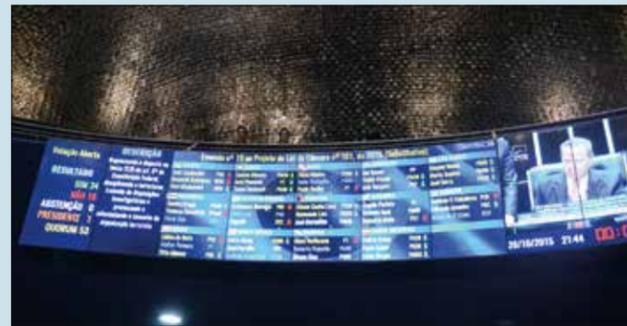
A população do Acre está pagando um preço absurdo pelo combustível, protestou Jorge Viana (PT-AC). Segundo ele, o litro de gasolina chegou a passar dos R\$ 4,50. O senador encaminhou perguntas ao Ministério de Minas e Energia para saber os motivos para os recentes aumentos do preço da gasolina no Acre, bem como no restante do país.

— O estado do Acre não pode ter a gasolina mais cara do mundo. Já vim aqui reclamar dos preços das passagens aéreas. Venho reclamar dos serviços de telefonia, do preço e da qualidade da oferta do serviço de energia elétrica. Aumento de combustível abusivo é meter a mão no bolso do cidadão, do contribuinte — reclamou o senador.



Jorge Viana

ACONTECEU NO SENADO



Painel do Senado registra a votação: 34 votos favoráveis e 18 contrários

Crime de terrorismo poderá ter pena de até 30 anos

■ O Senado aprovou na quarta-feira o PLC 101/2015, que tipifica o crime de terrorismo. A proposta prevê pena de reclusão de 16 a 24 anos em regime fechado para quem praticar o ato. Se resultar em morte, a reclusão será de 24 a 30 anos. O texto voltará à Câmara por ter sido alterado no Senado.

DISPENSA DE VISTO PARA AS OLIMPIADAS VAI A SANÇÃO

■ O PLC 149/2015, que dispensa visto para estrangeiros que visitarem o Brasil durante os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio, foi aprovado pelo Plenário na quarta. O texto, que teve Lídice da Mata (PSB-BA) como relatora na CDR, segue para sanção.



Lídice da Mata

AUXÍLIO-CAPACITAÇÃO PARA JOVEM RURAL É APROVADO

■ A Comissão do Desenvolvimento Nacional aprovou na quarta o PLS 103/2015, de José Agripino (DEM-RN), que cria auxílio-capacitação para os jovens do campo. O beneficiário teria subsídio para custear curso de capacitação.



José Agripino

PROPOSTAS MODERNIZAM CÓDIGO DO CONSUMIDOR

■ Dois projetos que modernizam o Código de Defesa do Consumidor (CDC) foram aprovados pelo Senado na quarta-feira, em turno suplementar. Os PLSs 283/2012 e 281/2012 preveem mais garantias a quem compra e a quem se endivida. As propostas seguem para a Câmara dos Deputados.

SUPERSIMPLES TEM APOIO EM SESSÃO TEMÁTICA

■ Em sessão temática sobre o Simples Nacional, na terça, o PLC 125/2015 foi considerado “tábua de salvação” do setor produtivo. O texto possibilita a adesão de mais empresas ao regime especial de tributação do Supersimples.

DEBATE REFORÇA PREVENÇÃO CONTRA CÂNCER DE MAMA

■ A Comissão de Assuntos Sociais debateu na quarta estratégias mais eficazes de prevenção e controle de câncer de colo do útero e de mama. A idade certa para a mulher começar a fazer exames de rastreamento gerou polêmica.

PLANO DE PROTEÇÃO AO EMPREGO PASSA EM PLENÁRIO

■ Na quarta o Plenário aprovou o projeto de lei de conversão (PLV) 18/2015, oriundo da MP 680/2015. O texto permite à empresa em dificuldade financeira reduzir a remuneração e a jornada de trabalho dos empregados em até 30%, contanto que não sejam demitidos sem justa causa. O projeto vai a sanção.

ACIDENTES AÉREOS: FAMÍLIAS DE VÍTIMAS PEDEM APOIO

■ Na segunda passada, a comissão que avalia o Código de Aeronáutica fez debate sobre o apoio a familiares de vítimas de acidentes aéreos. Para Sandra Assali, da Associação de Parentes de Vítimas de Acidentes Aéreos, as empresas aéreas devem ter planos de assistência às famílias.



Sandra Assali

JOGO DE AZAR PODE BANCAR EDUCAÇÃO, SUGERE MINISTRO

■ Em audiência na Comissão de Educação na terça, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, debateu a regulamentação dos jogos de azar, considerando a possibilidade de vinculação dos impostos arrecadados ao financiamento da educação pública.



Aloizio Mercadante

COLEGIADO COBRA STF SOBRE NOVOS TRIBUNAIS FEDERAIS

■ Na segunda passada, a Comissão de Direitos Humanos pediu pressa ao STF na análise da ação direta de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 73/2013, que determina a criação de quatro tribunais regionais federais.